



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 11410/2017

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, da alínea a) do n.º 3 do artigo 188.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1085/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, e que faz parte integrante do processo administrativo n.º 31/FUND/2017-SGPCM, não reconheço a Fundação Casal Mendes.

20 de dezembro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

311017411

Despacho n.º 11411/2017

I — A Fundação Albertina Ferreira de Amorim, pessoa coletiva privada com o n.º 508750717, com sede em Massarelos, concelho de Santa Maria da Feira, foi instituída por escritura pública de 23 de outubro de 2008 e reconhecida pelo Despacho n.º 1922/2010, de 22 de dezembro de 2010, do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

II — No âmbito dos seus fins estatutários, a Fundação Albertina Ferreira de Amorim tem vindo a apoiar, através da concessão de donativos, diversas instituições sem fins lucrativos dedicadas ao desenvolvimento de atividades humanitárias, designadamente no apoio à infância e à terceira idade, bem como à integração social de jovens.

III — Por estes fundamentos, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/633/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que integra o processo administrativo n.º 25/UP/2011, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, declaro a utilidade pública da Fundação Albertina Ferreira de Amorim, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

20 de dezembro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

311017469

Despacho n.º 11412/2017

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 20.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro, e do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1094/2017, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, e que faz parte integrante do processo administrativo n.º 10/FUND/2015-SGPCM, reconheço a Fundação O Cerro — Cultura e Ensino.

20 de dezembro de 2017. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

311017388

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 15611/2017

Nos termos dos artigos 45.º e seguintes do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após homologação da Ata de Avaliação Final do Júri constituído para o efeito, torna-se público que Nuno Filipe Tomar de Abreu, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 17 valores, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Secretaria-Geral deste Ministério, para o desempenho de funções da carreira/categoria de técnico superior.

4 de dezembro de 2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

310973405

Aviso (extrato) n.º 15612/2017

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos do artigo 47.º da LTFP, durante o período experimental foi denunciado, pela trabalhadora Maria Teresa Fragoso Rebelo Roger de Sousa, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnica superior, com efeitos a 30 de novembro de 2017, tendo a trabalhadora regressado à situação jurídico-funcional que detinha anteriormente.

12 de dezembro de 2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

310991728

Despacho (extrato) n.º 11413/2017

Para os efeitos do artigo 303.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que o Técnico de Informática Adjunto Nível 2, da carreira Informática, Luís Miguel Pina Ventura cessou, a seu pedido, o exercício de funções na Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por denúncia, a 2 de setembro de 2016.

4 de dezembro de 2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

310978825

Despacho (extrato) n.º 11414/2017

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29 de novembro de 2017, nos termos estabelecidos no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, e atento o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, bem como no disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, foi determinado que a Ministra Plenipotenciária de 1.ª classe Maria Gabriela Vieira Soares de Albergaria — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros —, designada pelo Despacho (extrato) n.º 15869/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro, para exercer o cargo de vogal do conselho direutivo do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., seja exonerada do referido cargo.

2 — O referido despacho produz efeitos a 30 de novembro de 2017.

4 de dezembro de 2017. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

310972069

Despacho (extrato) n.º 11415/2017

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 7060/2017 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com Sónia Patrícia Guerreiro, com efeitos a 1 de dezembro de 2017, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior.